

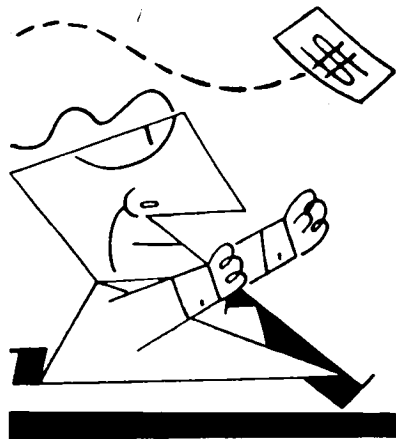
Novos parlamentares querem garantir obras já na LDO

Marcos Magalhães

As 1227 emendas apresentadas ao projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias para 1992 podem se transformar no primeiro grande teste para a capacidade de negociação política da nova equipe econômica. Ao contrário dos anos anteriores, quando deputados e senadores guardavam suas reivindicações para a época da tramitação do próprio projeto de orçamento, desta vez a temporada de caça aos recursos públicos começou mais cedo.

A LDO apenas estabelece os critérios básicos para a elaboração do orçamento da União, mas os parlamentares estão se apressando em tentar incluir no texto da lei dispositivos que obriguem o governo a investir preferencialmente em seus próprios estados, através do asfaltamento de estradas e da construção de pontes, aeroportos e usinas elétricas.

“Os parlamentares novos que estão chegando não compreendem ainda o que é uma lei de diretrizes”, avalia o presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO). “Eles devem estar pensando que já estão apreciando o próprio orçamento”, aposta.



Em final de mandato, deputados e senadores apresentaram apenas 760 emendas ao projeto da LDO no ano passado. Neste ano, com ajuda do senador Ronaldo Aragão, este número quase dobrou. Eleito por Rondônia, o presidente da Comissão de Orçamento protocolou uma emenda que defende a inclusão na LDO, como meta prioritária do governo, da continuidade das obras da usina hidrelétrica de Samuel, situada em seu estado.

A tentativa de garantir recursos para a produção de energia também levou o senador Dirceu

Carneiro (PSDB-SC) a tentar incluir na futura Lei de Diretrizes Orçamentárias a previsão de recursos para a conclusão das obras das usinas térmicas Jorge Lacerda IV e Jacuí I, além da hidrelétrica de Itá.

Algumas emendas procuram beneficiar regiões inteiras, como uma apresentada pelo deputado Salatiel Carvalho (PFL-PE) que determina a aplicação em aeroportos do Norte e do Nordeste de 50% da receita obtida através da cobrança do adicional de tarifa aeroportuária. O fortalecimento do turismo nas duas regiões, argumenta Carvalho em sua justificativa, poderia gerar mais empregos, além de trazer divisas para o País.

Muitos dos parlamentares, porém, preferiram solicitar verbas federais para projetos específicos, que só deverão ser analisados durante a votação do próprio orçamento. O senador Gerson Camata (PDC-ES), ex-governador do Espírito Santo, quer ver na LDO a garantia de recursos para a conclusão de uma ponte sobre o rio Doce, no município de Colatina.

Da mesma forma, o deputado Francisco Rodrigues (PTB-RR) procura estabelecer como prioridade o asfaltamento de toda a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista. “É o

JORNAL DE BRASÍLIA

caminho rodoviário único para o escoamento dos produtos do maior pólo eletroeletrônico da América do Sul”, justifica.

Austeridade

Entre tantas propostas de novos gastos, existem também sugestões de austeridade para os cofres públicos. O deputado Raul Pont (PT-RS) pede que o projeto de lei do orçamento da União para 1992 não destine recursos para a concessão das chamadas “subvenções sociais”, que são verbas reservadas aos parlamentares para pequenas doações a sindicatos, creches e igrejas localizadas em suas bases eleitorais.

Todas essas emendas serão encaminhadas, até o início da próxima semana, ao relator do projeto da LDO, que deverá ser indicado até sexta-feira pelo presidente da comissão de Orçamento, senador Ronaldo Aragão. Segundo o cronograma traçado pela comissão, o parecer do relator deverá ser votado ali até 17 de junho. O prazo é apertado, mas os trabalhos já estão atrasados. No ano passado, o projeto de LDO foi encaminhado ao plenário do Congresso Nacional — depois de passar pela comissão — no final de maio. Sem aprovar a LDO, deputado e senadores não entram em recesso parlamentar.